



## Comitê de Representantes

Aprovada na 1074ª sessão

ALADI/CR/Ata 1072  
24 de março de 2010  
Horário: 10h10m às 11h50m

### ATA DA 1072ª SESSÃO ORDINÁRIA DO COMITÊ DE REPRESENTANTES

#### Ordem do dia

1. Aprovação da Ordem do Dia.
2. Despedida da Conselheira Cielo González Villa, Representante Alternata da Colômbia.
3. Assuntos em Pauta.
4. Consideração da ata correspondente à 1071ª sessão.
5. Reunião sobre o Convênio de Pagamentos e Créditos Recíprocos da ALADI, em cumprimento do mandado contido no ponto 13 da Declaração de Cancun (Documento Informal 980).
6. Projeto de resolução sobre os Resultados da Cúpula da Unidade da América Latina e do Caribe.
7. Relatório do Presidente da Comissão de Orçamento por Programas.
8. Relatório dos Coordenadores dos Grupos de Trabalho sobre:
  - Comércio Eletrônico e Tecnologias da Informação e das Comunicações.
  - Novos Temas.

- Normas e Disciplinas.

9. Assuntos diversos.

- Comissão de Coordenação da Conferência de Avaliação e Convergência.
- Notificações à OMC.
- Relatório do Secretário-Geral.

---

Preside:

ANDRÉS REBOLLEDO SMITMANS

Assistem: María Cristina Boldorini e Federico Villegas (Argentina); Salvador Ric Riera e Jenny Encinas (Bolívia); Regis Percy Arslanian, José Humberto de Brito Cruz, Mauricio Alves da Costa, George de Olivera Marques e André Saboia Martins (Brasil); Andrés Rebolledo Smitmans e Constanza Alegría Pacull (Chile); Cielo González (Colômbia); Mirna Martínez Ajuria (Cuba); René Fernández Miño e Ivonne Flores Espinoza (Equador); Cassio Vitale Manuel Luiselli Fernández, Dora Rodríguez Romero e Ricardo Lozada Caballero (México); Emilio Giménez Franco, Raúl Cano, Octavio Ferreira Gini e Roberto Pauly Fernández (Paraguai); Jorge Antonio Rosado La Torre e Ricardo B. Romero Magni (Peru); Gonzalo Rodríguez Gigena, Linda Rabbaglietti, Raquel Rodríguez Sanguinetti e Boris Svetogorsky (Uruguai); Franklin Ramón González e Cecilio Crespo (Venezuela).

Secretário-Geral: José F. Fernández Estigarribia.

Subsecretários: Ricardo Hartstein e Oscar Quina Truffa.

---

PRESIDENTE. Bom dia a todas as Representações. Não havendo inconvenientes, iniciamos esta sessão.

1. Aprovação da Ordem do Dia

...O primeiro ponto da agenda à consideração das Representações é a aprovação da Ordem do Dia.

Não havendo comentários, aprova-se a Ordem do Dia.

Podemos, portanto, passar ao ponto 2.

## 2. Despedida da Conselheira Cielo González Villa, Representante Alternata da Colômbia

...Passo a palavra, neste ponto, ao senhor Secretário-Geral, para despedir-se da Conselheira Cielo González, da Colômbia.

SECRETÁRIO-GERAL. Uma parte importante de nossa atividade nos últimos tempos foi despedir-nos de pessoas que apreciamos e de quem não vamos esquecer. Cielo González Villa se destacou por seu permanente trabalho e dedicação, e até por sua paixão pelos temas que defende enfaticamente, e conseguiu, por meio disso, numerosos êxitos.

Ela pode ter a satisfação de deixar muitos amigos no Uruguai e em todas as latitudes deste nosso conglomerado político que é a ALADI. Desejamos muito sucesso, e que ela tenha a certeza de que, em qualquer momento que voltar conosco, estaremos sempre abertos para escutá-la e conviver com ela. Obrigado, senhor Presidente.

PRESIDENTE. Muito obrigado, Secretário-Geral. Em nome de seus pares e colegas, a Ministra do México fará uso da palavra.

Representação do MÉXICO (Dora Rodríguez Romero). Muito obrigada, senhor Presidente.

Hoje nos despedimos de Cielo González, nossa colega da Colômbia, que, há quase dois anos, participa dos trabalhos deste Comitê, representando seu país.

Senhor Presidente, todos os casos dos colegas de quem nos despedimos são particulares e, no caso de Cielo, essa particularidade se dá também por sua trajetória profissional, que, neste meio, torna-a muito especial.

Cielo, após um curto período no qual se dedicou aos temas de direito público e comercial, decidiu seguir sua vocação de servidora pública, como Diretora do Instituto Colombiano de Bem-Estar Familiar, onde trabalhou com temas da infância e da adolescência, especialmente com a infância desamparada de Huila, seu departamento. Aí, foi eleita, primeiro, deputada em seu departamento e, em 2003, Alcaldina, tornando-se a primeira mulher a alcançar a Alcaldia de Neiva, o que foi um desafio tanto profissional como pessoal, pelo momento que atravessava essa região de seu país. Pese às adversidades que enfrentou nesse cargo, no qual sua vida e a vida de sua família corriam perigo, Cielo se manteve firme até concluir seu mandato.

Durante sua participação neste Foro, tivemos a oportunidade de conviver com uma mulher que é um orgulho para nosso gênero, com claros dotes políticos, muito firme na defesa de suas convicções. Sua profunda vocação de serviço a afasta de Montevideu para assumir outro desafio: poder chegar a ser a próxima Governadora de Huila em 2011. Eleições nas quais, lamentavelmente, nossos votos não contam.

Cielo, compartilhamos sua felicidade pelo regresso à pátria e a seu entorno familiar, enriquecido com Samuel, que nasceu em terras uruguaias. Compartilhamos, também, seu entusiasmo com seu projeto político, e, falta-nos, tão somente, expressar nosso desejo de que alcance seu objetivo. Muito obrigada, senhor Presidente.

PRESIDENTE. Muito obrigado pelas palavras, Representação do México. Ofereço a palavra à Representação da Colômbia. Cielo, por favor.

Representação da COLÔMBIA (Cielo González Villa). Obrigada, senhor Presidente. As despedidas são duras, e se acredita que se irá feliz, mas não. Há algumas coisas que ficam no coração. Preparei umas poucas palavras ao senhor Presidente do Comitê de Representantes, Embaixador Andrés Rebolledo, ao senhor Secretário-Geral da ALADI, Embaixador José Fernández, aos senhores Embaixadores e Embaixadoras, Representantes Permanentes da ALADI, aos senhores e senhoras Representantes Alternos, aos senhores Subsecretários da ALADI, aos companheiros da ALADI nos diferentes Grupos de Trabalho, e a nossos queridos funcionários da Secretaria-Geral, que sempre nos apoiaram desde nossas missões.

Ao despedir-me de meu cargo como Representante Alternativa da Colômbia junto à ALADI, quero fazer uma breve referência à integração regional no âmbito da ALADI como a estratégia mais adequada para inserir-se de forma positiva no contexto internacional, sendo o instrumento para o desenvolvimento que teve maior vigência no âmbito de um mundo globalizado. Esta permite a convergência em torno de diferentes temas e a cooperação com países de características similares, outorgando ao país a capacidade de potencializar aqueles aspectos nos quais conta com fortalezas.

A Colômbia traçou como uma de suas prioridades em política exterior os temas da integração regional, abordada a partir de um enfoque multidimensional que vai além das áreas comercial e econômica, e, inclusive, os aspectos políticos e sociais da integração e, até o momento, houve resultados importantes no que diz respeito ao diálogo político latino-americano, onde conseguiu posicionar-se como uma das vozes de maior ressonância na região.

No campo da integração, a Colômbia, no âmbito da Associação Latino-Americana de Integração, deu passos fundamentais para a conquista do projeto de integração latino-americana, mediante a assinatura de acordos de livre comércio com o México, o Chile e o MERCOSUL. No âmbito da ALADI, que transita por uma fase superior de integração, o entrelaçamento dos Acordos sub-regionais com o acordo CAN-MERCOSUL é observado como o maior desenvolvimento da integração latino-americana, encaminhada para a criação gradual de uma zona de livre comércio para 2015.

Para a Colômbia, os processos de integração nos quais se comprometeu e nos quais se compromete no futuro deverão ser entendidos sob o conceito de regionalismo aberto, que implica uma atitude dinâmica frente às diferentes regiões nas quais nos projetamos.

A Colômbia entende a integração de uma maneira ampla e aberta, que busca superar a concepção sub-regional e, inclusive, regional. Portanto, as conquistas alcançadas mediante este processo de integração constituem um capital obtido, cuja defesa e aperfeiçoamento se tornam um objetivo comum, cada vez mais importante para os países-membros que podem facilitar sua inserção em processos mais amplos, em âmbito hemisférico e mundial, incrementando, além disso, seu poder de negociação nos mesmos.

Neste sentido, os compromissos de integração assumidos no âmbito da ALADI justificam que sejam centralizados os esforços para fortalecer esta Associação, e não gerar um esquema, quase paralelo, pelo menos em matéria comercial, que provoque um retrocesso no esquema de integração existente.

Todas estas reflexões sobre a integração econômica regional são produto da oportunidade de aprender de cada um dos senhores o que me transmitiram ao longo destes 22 meses de trabalho na Associação.

Na vida, há momentos em que se deve dar graças a Deus, e este é um deles, pois Ele me deu a oportunidade de conhecê-los e de ter feito parte desta maravilhosa equipe de trabalho. Regresso a meu país, a uma atividade que faz parte de minha vida, a política, que me deu a oportunidade de melhorar as condições e a qualidade de vida de meus conterrâneos, e contribuir para a satisfação de suas necessidades básicas, a partir dos diferentes cargos que ocupei.

Da ALADI e da vida diplomática, aprendi muito, como a ter paciência, constância, tolerância, respeito, para aplicar em meu novo desafio de minha carreira profissional, que é o de aspirar a ser eleita por voto popular, em outubro de 2011, a primeira mulher governadora de um departamento de um milhão de habitantes, golpeado pela violência, da qual, em anos anteriores, minha família e eu fomos vítimas, mas que tem um grande potencial de desenvolvimento, e, o mais importante, um milhão de pessoas com uma imensa qualidade humana e uma grande esperança em seus Governos.

A ALADI e Montevideú, como disse nossa querida colega Luisa López, serão indelévels pelo resto de nossas vidas, porque aqui fica a história e a lembrança do nascimento de nossos filhos, que, no meu caso, marca uma etapa, em minha vida, cheia de felicidade, que tive a grande sorte de compartilhar com os senhores.

Espero que a vida volte a nos dar a oportunidade de reencontrar-nos, não sei se será na diplomacia ou em outra atividade profissional ou laboral, mas aspiro que, quando esse momento chegar, os laços de amizade que hoje construímos nos permitam o abraço cálido e fraternal dos verdadeiros amigos. Obrigado.

- Aplausos.

PRESIDENTE. Muito obrigado, Cielo, por suas palavras. Muita sorte em sua nova aventura. Como parte de nossa tradição, há também uma lembrança que testemunha sua passagem pela ALADI. Logo depois disso, como de praxe, passamos ao registro fotográfico com os colegas.

- Entrega-se a bandeja e registra-se a fotografia.

### 3. Assuntos em Pauta

...Continuamos, então, com a agenda da reunião. Proponho passar ao seguinte ponto, Assuntos em Pauta. Aqui temos algumas informações que o senhor Secretário-Geral compartilhará conosco. Passo a palavra ao Secretário-Geral.

SECRETÁRIO-GERAL. Obrigado, senhor Presidente. O documento dos Assuntos em Pauta está na pasta dos senhores Representantes. Destacam-se:

A nota recebida do Ministério das Relações Exteriores da Colômbia informando que a doutora María Clara Isaza Merchán foi designada como Representante Permanente da Colômbia junto à ALADI.

Também a nota recebida do Banco Central da Nicarágua, manifestando seu interesse em aderir ao Convênio de Pagamentos e Créditos Recíprocos. Obrigado, senhor Presidente.

"1. Representação Permanente da Colômbia. Nota N° MPC.007, de 17 de março de 2010.

Envia a nota diplomática N° DM/VAM/DAM/CAE 133/06, de 10 de março do corrente, através da qual a doutora Adriana Mejía Hernández, Vice-Ministra de Assuntos Multilaterais,

Encarregada das funções do Despacho do senhor Ministro das Relações Exteriores, acredita a senhora María Clara Isaza Merchán como Representante da Colômbia junto à Associação Latino-Americana de Integração.

2. Representação Permanente da Colômbia. Nota N° MPC.009, de 22 de março de 2010.

Comunica que a Representante Alternata, doutora Cielo González Villa, finaliza sua missão em 29 de março de 2010.

3. Representação Argentina para o MERCOSUL e a ALADI. Nota N° EMSUR-S.G. N° 33/10.

Comunica que foram concluídas as formalidades jurídicas necessárias para a incorporação do Trigésimo Nono Protocolo Adicional ao Acordo de Complementação Econômica N° 14 ao ordenamento jurídico de seu país.

Publicado como documento ALADI/CR/di 3154.

4. Delegação Permanente do Brasil junto à ALADI e ao MERCOSUL. Nota N° 37, de 18/03/2010.

Comunica que, mediante Decreto, foi promulgado o Trigésimo Nono Protocolo Adicional ao Acordo de Complementação Econômica N° 14.

Publicado como documento ALADI/CR/di 3155.

5. Banco Central da Nicarágua. Nota de 11/03/2010.

Manifesta interesse em aderir ao Convênio de Pagamentos e Créditos Recíprocos.

6. Convites recebidos:

Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). Nota de 18/02/2010. Convida o Secretário-Geral, na qualidade de observador, para a Reunião Anual das Assembleias de Governadores, a ser realizada em Cancun, México, de 19 a 23 de março 2010.

Argentina. Iniciativa para a Integração da Infra-estrutura Regional Sul-americana (IIRSA). Nota de 09/03/2010. Convida o Secretário-Geral, na qualidade de observador, a participar das reuniões dos Grupos Técnicos Executivos (GTEs) dos Eixos de Integração e ..." (Quito, 12-14/04/2010).

Organização de Estados Americanos (OEA). Nota de 03/03/2010. Convida o Secretário-Geral a participar do Trigésimo Nono Período Extraordinário de Sessões da Assembleia Geral, que terá lugar na sede da Organização, em 24 de março de 2010.

Convênio Multilateral sobre Cooperação e Assistência Mútua entre as Direções Nacionais de Aduanas da América Latina, Espanha e Portugal (Secretaria do Convênio - México). Nota N° SC-053/2010. Convida o Secretário-Geral a participar da Quarta Reunião do Comitê Ibero-americano de Nomenclatura, que terá lugar em Lima, de 19 a 30 de abril de 2010.

7. Relatório sobre as medidas de salvaguarda notificadas à ALADI (setembro 2008 – dezembro 2009) (ALADI/SEC/di 2321).

8. Relatório de acompanhamento das atividades e instrumentos gerados em matéria de energia no âmbito da ALADI (ALADI/SEC/di 2122.1).

9. Relatório mensal sobre o comportamento da despesa orçamentária – janeiro – fevereiro 2010 (ALADI/SEC/di 2323)

10. Relatório da situação financeira da Associação em 28 de fevereiro de 2010 (ALADI/SEC/di 2324).

11. Relatório do Presidente da Comissão de Orçamento por Programas da Associação (ALADI/CR/di 3151)."

PRESIDENTE. Obrigado, Secretário-Geral. Algum comentário ou pergunta?

4. Consideração da ata correspondente à 1071ª sessão

...Passamos, então, ao ponto 4, relacionado, novamente, à aprovação, neste caso, da ata da sessão anterior, número 1071. Está à consideração das Representações a aprovação da mesma.

Damos por aprovada a ata da sessão anterior.

5. Reunião sobre o Convênio de Pagamentos e Créditos Recíprocos da ALADI em cumprimento do mandado contido no ponto 13 da Declaração de Cancun (Documento Informal 980)

...Podemos, então, passar ao ponto 5, relacionado ao que discutimos na sessão passada, sobre uma reunião proposta desde a recente Cúpula de Cancun, na qual mandam a ALADI realizá-la não somente com países da ALADI, mas também membros não ALADI nem Convênio.

Neste ponto, gostaria de passar a palavra ao Secretário-Geral, que vai apresentar algumas informações relevantes.

SECRETÁRIO-GERAL. Obrigado, senhor Presidente. Informo que, em cumprimento do mandado deste Comitê e em ocasião da transmissão da Posse na República do Chile, tive uma entrevista com o senhor Vice-Presidente da República Dominicana, doutor Rafael Alburquerque.

O doutor Alburquerque teve a gentileza de postergar sua saída do Chile para receber-me. Os senhores lembram-se das situações difíceis que o país irmão vive neste momento, o senhor Embaixador Pablo Mariñez o acompanhou, uma figura destacadíssima da política dominicana e do mundo intelectual dominicano.

O senhor Embaixador do México sabe perfeitamente a quem me refiro, é um professor emérito da UNAM, uma das Universidades de maior prestígio em nosso Continente, e ambos se mostraram muito favoráveis a que seja possível realizar a reunião na República Dominicana e agradeceram a deferência do Comitê de haver pensado em seu país como possível sede. O senhor Vice-Presidente se comprometeu a transmitir a nossa solicitação ao senhor Presidente da República Dominicana Leonel Fernández. Esse é o resultado da gestão.

Em algum momento posterior, certamente em outras sessões, o senhor Presidente do Comitê de Representantes informará as gestões feitas no mesmo sentido com a Representação da Embaixada da República Dominicana em Montevideú. Obrigado, senhor Presidente.

PRESIDENTE. Muito obrigado, senhor Secretário. Algum comentário, alguma pergunta sobre este breve relatório?

O ponto seguinte também tem relação com a Sessão anterior.

6. Projeto de resolução sobre os Resultados da Cúpula da Unidade da América Latina e Caribe

...Se os senhores se lembram, nos últimos minutos da sessão anterior fizemos uma tentativa de aprovar a Resolução que também foi emanada da Cúpula de Cancun. Até o

final da discussão, demo-nos conta de que tínhamos que fazer alguns ajustes nesta Resolução, alguns países ficaram de perfilar uma redação mais consensuada para poder aprová-la nesta Sessão. A Secretaria tem o projeto de resolução para ser distribuído, mas a Delegação do Brasil solicitou a palavra. A Delegação do Brasil, por favor.

Delegação do BRASIL (Regis Percy Arslanian). Obrigado, Presidente. Perdoe-me por voltar ao ponto 5, sobre a Reunião do Convênio de Pagamentos e Créditos Recíprocos. Agradecemos muito as gestões do Secretário-Geral no Chile.

Pediríamos que, tão logo pudéssemos ter a confirmação do Governo da República Dominicana sobre sua disposição de oferecer a sede para a reunião, fôssemos informados. Agradecemos à Secretaria os termos de referência elaborados, que refletiram bastante bem o considerado na sessão anterior sobre este tema. Obrigado.

PRESIDENTE. Obrigado, Delegação do Brasil. Sim, realmente, na sessão passada, ficou pendente este exercício de fazer os termos de referência para a reunião, e agradecemos esse relatório.

Bem, retomamos, então, o ponto 6 da agenda. Dizia que fizemos uma tentativa de aprovar uma resolução deste tipo na sessão passada, e entendo que houve uma conversa para chegar a uma redação que reunisse alguns dos comentários, e isso é o que foi entregue às Representações agora e que temos sobre a Mesa, para que aprovemos se existir consenso. Entendo que isto é o resultado de uma conversa entre algumas Representações, portanto já reflete algumas das considerações feitas na semana passada.

Podemos dar por aprovada esta Resolução?

PRESIDENTE. A Delegação do Brasil tem a palavra.

Delegação do BRASIL (Regis Percy Arslanian). Penso que também havíamos discutido a possibilidade de incluir alguma frase que dissesse “especialmente a Reunião sobre o Convênio de Pagamentos e Créditos Recíprocos”, afinal, foi o único mandado específico para a ALADI dado pelos Presidentes. Penso que valeria a pena, talvez no final, colocar uma vírgula e dizer “particularmente a Reunião sobre o Convênio de Pagamentos e Créditos Recíprocos”; uma sugestão, isso foi discutido na última reunião e não havia objeção a esse respeito. Obrigado.

PRESIDENTE. Lembro que foi aí que paramos, porque alguma Representação disse para não particularizarmos. A Representação do México.

Representação do MÉXICO (Cassio Vitale Manuel Luiselli). Obrigado. Evidentemente, estamos de acordo com o Convênio de Pagamentos e mais ainda com o que o Secretário acaba de manifestar, mas é uma Declaração política singular, é uma Declaração política que não necessita ser adjetivada com exemplos, teremos outras mais. Acredito que o consenso majoritário é de aprová-la como está, dada sua natureza política, e não colocar este adjetivo, com o qual estamos de acordo também, mas não para esta instância. Obrigado, Presidente.

PRESIDENTE. Bem, então aprovamos tal como está a redação no projeto de Resolução que os senhores receberam. Aprova-se o que é uma boa notícia de parte da ALADI como Resolução 364.



## “RESOLUÇÃO 364

### RESULTADOS DA CÚPULA DA UNIDADE DA AMÉRICA LATINA E DO CARIBE

O COMITÊ de REPRESENTANTES,

TENDO EM VISTA a Declaração de Cancun e a Declaração da Cúpula da Unidade da América Latina e do Caribe, emanadas da Cúpula da Unidade da América Latina e do Caribe, constituída pela XXI Cúpula do Grupo do Rio e pela II CALC, realizada em Riviera Maya, México, nos dias 22 e 23 de fevereiro de 2010,

#### RESOLVE:

PRIMEIRO.- Enfatizar a importância, para a orientação de seus trabalhos, dos mandados que constam na Declaração de Cancun e na Declaração da Cúpula da Unidade da América Latina e do Caribe, que impulsionam e dinamizam fortemente o processo de integração regional e fortalecem sua institucionalidade.

SEGUNDO.- Nesse sentido, os trabalhos a serem desenvolvidos no âmbito da Associação deverão ser realizados levando em consideração os âmbitos e as linhas de ação definidos como prioritários na Declaração de Cancun e na Declaração da Cúpula da Unidade da América Latina e do Caribe.”

Passamos ao ponto seguinte.

#### 7. Relatório do Presidente da Comissão do Orçamento por Programas

...Refere-se às reuniões e discussões sobre o orçamento. Na semana passada, foram definidas a Presidência e a Vice-Presidência desta Comissão, e foram realizadas reuniões durante estes últimos dias sobre esta matéria. Gostaria de passar a palavra neste ponto ao Embaixador do Paraguai, que apresentará o Relatório a respeito das reuniões mencionadas.

Representação do PARAGUAI (Emilio Giménez Franco). Obrigado, senhor Presidente. A Comissão de Orçamento teve, até agora, duas reuniões, em 15 e em 23 de março. Nestas reuniões, analisou-se, em primeiro lugar, o Relatório sobre a Situação Orçamentária da Associação com base no documento ALADI/SEC/di 2308, que apresenta de forma acumulada a execução orçamentária durante o ano de 2009. Este Relatório, com algumas modificações de forma, não de conteúdo, foi aprovado pela Comissão e submetido à consideração deste Comitê para sua aprovação.

Com relação à execução do ano de 2010, foi analisado o documento ALADI/SEC/di 2314, que abrange a Execução Orçamentária em janeiro de 2010, também considerada e aprovada pela Comissão e submetida à consideração deste Comitê.

Foi analisado, também, o Relatório sobre a situação financeira da Associação, contido no documento ALADI/SEC/di 2309, que apresenta a situação financeira da Associação em 31 de dezembro de 2009, e, nessa ocasião, a Comissão tomou nota dos fundos disponíveis nas contas bancárias e nos depósitos a prazo fixo, e finalmente aprovou também este relatório apresentado pela Secretaria.

A Secretaria apresentou um documento, ALADI/SEC/di 2310, que informa sobre outros fundos recebidos pela Secretaria-Geral.

Foi apresentado, também, um documento sobre o estado dos créditos do fundo de capital de giro, também aprovado, sendo que a Comissão solicitou à Secretaria uma informação mais detalhada a respeito da liquidez que a Secretaria tem nas contas bancárias.

Outro ponto tratado foi o cumprimento do programa de atividades e, neste caso, a Comissão considerou pertinente que, como se trata do Cumprimento do Programa de Atividades, o documento fosse derivado aos Grupos de Trabalho para que analisassem o mencionado documento em função das competências de cada Grupo de Trabalho com relação ao Programa de Atividades.

Outro dos pontos tratados e que continua na agenda é a modificação de um parágrafo do Artigo 1º das normas orçamentárias da Resolução 358. Esta é uma proposta apresentada pela Secretaria para modificar o terceiro parágrafo do Artigo 1º, de maneira a dotar a Secretaria de maior flexibilidade com relação à condução do pessoal, em função das categorias que o orçamento tem vigente.

Este tema continua na agenda, como disse, não há ainda uma decisão ou definição. Há Representações que apóiam esta proposta da Secretaria, e outras que têm algumas dúvidas, e nesta última reunião tivemos uma longa discussão sobre o tema e ficamos em mantê-lo na Comissão, e foi solicitado à Secretaria que apresentasse um documento detalhando todas as possibilidades que se apresentam para esta solicitação da Secretaria.

Algumas Representações consideraram que, tendo presente um estudo sobre a reestrutura da ALADI, isto estaria, de alguma maneira, ligado a essa reestrutura e, portanto, não estavam em condições de acompanhar esta proposta até que se esclarecesse suficientemente qual é, na verdade, a proposta da Secretaria com base no documento que foi pedido a ela que apresentasse.

Outro dos temas analisados foi o da bonificação por moradia para funcionários internacionais, é uma proposta da Comissão de 2009, apresentada no Comitê no final do ano passado e novamente enviada à Comissão de Orçamento para sua análise.

A proposta indica um aumento de 15 a 20% na bonificação por moradia para os funcionários internacionais e, para resumir, a Comissão aprovou isto e há um projeto de Acordo que a Secretaria distribuiu mediante o qual modifica a escala de bonificações por moradia para os funcionários da categoria internacional. Isto tem um custo adicional de US\$ 35.000 dólares, que a Comissão considerou pertinente aprovar e submeter a este Comitê.

Igualmente, quanto às despesas referentes às atividades relacionadas com a comemoração dos 50 anos da integração e seu financiamento, a Comissão analisou as despesas deste programa, aprovado pelo Comitê em seu momento, e as aceitou, então também há um projeto de acordo sobre isto à consideração do Comitê.

Além disso, a Comissão está analisando o tema das despesas financeiras, há uma grande discussão no seio das Representações sobre a pertinência ou não de continuar com a aplicação de despesas financeiras ou a possibilidade de que se apliquem custos por mora para o caso de existirem países que estejam em dívida em suas contribuições para a Associação. Este tema está também vinculado com a existência do Fundo de Capital de Giro que a Comissão tem intenções de continuar analisando, os dois temas estão muito vinculados e ainda não se tem uma opinião formada sobre isto, nem uma proposta para fazer ao Comitê, continua em agenda, e seguirá sendo trabalhado nas próximas reuniões. Este é o relatório, senhor Presidente. Muito obrigado.

PRESIDENTE. Obrigado, Embaixador. Entendo, então, que há dois projetos de Resolução para aprovação agora. Um tem relação com as comemorações dos 50 anos e o outro, com a bonificação de moradia. Está à consideração das Representações para sua aprovação. Ofereço a palavra à Representação do Uruguai

Representação do URUGUAI (Gonzalo Rodríguez Gigena). Obrigado. Temos uma inquietude, nós iremos apoiar os dois projetos de resolução apresentados pela Comissão certamente após árduas deliberações, mas tenho um par de inquietudes.

Em primeiro lugar, o mencionado pelo Presidente da Comissão quanto à associação entre a reestrutura e a possibilidade das alterações de categoria e movimentos de pessoal que a Secretaria poderia fazer. Penso que são duas coisas que deveriam ser diferenciadas, porque uma é um problema de critério de como manejar o pessoal, esse pessoal terá que ser manejado em qualquer estrutura, a estrutura atual e a estrutura seguinte, então me parece que seria bom que isso fosse levado em consideração nas deliberações da Comissão. Faria, também, uma consulta ao Presidente a respeito de que, aparentemente, há dois ou três temas, sobretudo dois, que estão sendo muito discutidos na Comissão.

Um tem relação com a modificação do Artigo 1º e outro tem a ver com a política de juros por mora, gostaria de saber se há um ambiente na Comissão para realmente poder solucionar isto em breve, ou se deveria ser considerada a possibilidade de elevar ao Comitê para serem resolvidas estas questões. Gostaria de saber em que estado realmente estamos nessa discussão e as possibilidades de chegar logo a um acordo para que o tema não seja eternizado na Comissão. Obrigado, Presidente.

PRESIDENTE. Obrigado, Representação do Uruguai. Deixamos aí as perguntas, e passo a palavra à Representação de Cuba.

Representação de CUBA (Mirna Martínez Ajuria). Obrigada, Presidente. Nós também estamos em disposição de aprovar estes projetos, mas no caso do projeto para a bonificação por moradia dos funcionários internacionais, depois da reunião da Comissão, recebemos uma sugestão, uma inquietação, que desejamos trasladar ao Comitê.

É relacionada às quantias que serão necessárias a partir do Orçamento de 2011, e, nesse caso, o documento não faz referência a essa possibilidade que discutimos na Comissão, que seria ela que determinaria depois, para próximos exercícios, como e de onde se executariam estes fundos. Temos a sugestão de analisar que sejam a partir das poupanças que forem produzidas no subitem 1, destinadas a despesas de pessoal, e que fique constância disso na Resolução que for aprovada. Submeto à análise do Comitê, e procederíamos de acordo com o resultado. Obrigada.

PRESIDENTE. Obrigado, Representação de Cuba. A Representação do Paraguai.

Representação do PARAGUAI (Emilio Giménez Franco). Obrigado, Presidente. Com relação à proposta da Representação de Cuba, na Comissão havíamos falado que os fundos para 2011, daí em diante, viriam das poupanças feitas com as despesas de operação da Secretaria, ou seja, sem afetar o subitem de pessoal. Se, por exemplo, em 2010 calculamos para energia elétrica US\$ 10.000.- e terminamos gastando US\$ 9.000.- então para 2010 seriam calculados US\$ 9.000.- e US\$ 1.000 iriam para este item de bonificação por moradia. Desta maneira, penso que deixaríamos a Secretaria livre para dispor das vagas que tem.

Estou falando aqui como Presidente, e não como Representante do Paraguai, e parece-me importante dar essa flexibilidade à Secretaria-Geral em função das necessidades manifestadas com relação ao pessoal. Parece-me que podemos colocar uma reserva na Resolução, mas sem dizer que isto será feito com a poupança do subitem 1, como disse a Representação de Cuba.

Quero aproveitar também, senhor Presidente, para responder a pergunta da Representação do Uruguai.

Em primeiro lugar, com relação ao Artigo 1º, tenho a impressão que ainda temos um espaço pequeno de discussão na Comissão, e pretendo manter esse espaço e fazer uma última tentativa na próxima reunião que tivermos sobre este tema na Comissão.

Com relação às políticas de juros por mora, existem variadas opiniões das Representações na Comissão. Penso que aí temos um maior espaço de discussão, porque, mais do que discussão, é uma negociação o que fazemos nas Representações pelas posições dos países. Há dois elementos muito claros que temos que analisar: o primeiro é se mantemos a política de transferência de despesas financeiras aos países que têm dívidas com a Associação e um segundo, que é um elemento novo na Associação, que fala de uma sanção pelo não pagamento das quotas, que é diferente das transferências dos custos financeiros que a Secretaria faz pelos créditos que toma quando não são pagas as contribuições.

Então, esses dois elementos estão sendo analisados pela Comissão e suponho que temos, sim, um espaço mais longo de tempo para discutir. Obrigado, Presidente.

PRESIDENTE. Obrigado. A Representação de Cuba.

Representação de CUBA (Mirna Martínez Ajuria). Obrigada, Presidente, e obrigada ao Presidente da Comissão de Orçamento. No projeto proposto, existe uma alusão expressa ao item onde é possível, nesta ocasião, dar esse aumento por custo de moradia e, obviamente, a sugestão que recebemos se deve à análise do exercício de 2009, precisamente para reduzir ao máximo o resto dos subitens que compõem o orçamento, mas não estamos predispostos a seguir exercitando essa redução de custos no resto do orçamento. Queremos que fique constância na Resolução que a utilização dos fundos para cobrir este aumento que está sendo dado sairá dessa maneira, talvez da forma que propõe o Presidente que seja de todo o orçamento a análise feita em minha Capital e por isso recebemos a sugestão na noite de ontem, precisamente porque o exercício da Comissão de Orçamento para reduzir ao máximo e garantir o aumento do salário dos funcionários de planta foi um exercício forte, foi um exercício, junto com a Secretaria, profundo. Mas, de qualquer maneira, gostaríamos que na Resolução ficasse constância desta necessidade. Obrigada.

PRESIDENTE. Não sei se temos espaço para discuti-lo agora, mas, referindo-me, um pouco, ao proposto por Cuba, fazer uma redação mais geral no sentido de... e isto é uma consideração no sentido, inclusive, da contabilidade, porque ficar agora amarrados de como vamos financiar algo para o próximo orçamento, sobretudo tendo em vista que no ano podem acontecer coisas que necessitem movimentos nos itens. Não sei, Embaixador, se é possível, reunindo um pouco o proposto por Cuba, fazer uma redação, dizendo que há distintas fontes, etc., e tentar uma redação desse tipo, para que possa ficar na Resolução ou na ata desta reunião do Comitê, penso que por aí poderíamos eventualmente buscar um ponto de consenso. Tem a palavra a Representação do Paraguai.

Representação do PARAGUAI (Emilio Giménez Franco). Obrigado. Podemos tentar, se preferem, uma redação para o Artigo, embora preferisse que ficasse uma constância em Ata das Representações que estiverem de acordo com isso, em função do que a Presidência disse sobre uma previsão para 2011 tão estrita que talvez nos coloque em uma camisa de força para o orçamento do ano que vem, mas, de todas as maneiras, considero importante deixar uma constância deste tipo -talvez em Atas- do Comitê, encomendando que para o ano que vem se tomem as poupanças que possam ser feitas para cobrir este item, então me resulta mais fácil uma constância em Atas a começarmos a redigir isto agora. Obrigado.

PRESIDENTE. Bem, não sei se isso é aceito por todas as Representações para que possamos dar por aprovada esta Resolução, e procuramos uma redação que reúna esse resguardo para a Ata desta sessão.

Bem, portanto veremos, primeiramente, na próxima sessão, quando aprovarmos a Ata da presente sessão, o registro deste ponto, de conformidade com o proposto. Isso significa que podemos dar por aprovados, tanto essa Resolução como o financiamento das atividades dos 50 anos. A Resolução é a 365 e o Acordo é o 296.

“RESOLUÇÃO 365  
BONIFICAÇÃO POR MORADIA PARA FUNCIONÁRIOS  
DA CATEGORIA INTERNACIONAL

O COMITÊ de REPRESENTANTES,

TENDO EM VISTA o Tratado de Montevideu 1980, Artigo 38, letras e) e m), e os Artigos 4º e 18 do Anexo I da Resolução 358 do Comitê de Representantes.

CONSIDERANDO a necessidade de ajustar a parcela por moradia da categoria internacional, com vistas a considerar o preço dos alugueis no país sede.

LEVANDO EM CONSIDERAÇÃO o remanescente de créditos orçamentários que apresenta o Item 1- Retribuições e Custos de Pessoal, em virtude do não preenchimento de cargos vacantes durante o primeiro trimestre do exercício 2010,

RESOLVE:

PRIMEIRO.- Modificar o Artigo 4º do Anexo I da Resolução 358 do Comitê de Representantes, que ficará redigido da seguinte maneira:

Artigo 4- Conforme as Resoluções 301, 302, 304 e 311 do Comitê de Representantes, estabelecer o montante das seguintes bonificações:

- a) Familiar: cinquenta dólares (US\$ 50,00) mensais por dependente;
- b) Antiguidade: dez dólares (US\$ 10,00) mensais por cada ano de antiguidade; e
- c) Moradia: - categorias administrativa e técnica: 15% mensal sobre o salário-base.  
- categoria internacional: 20% mensal sobre o salário-base.

O subitem 1.3 -Benefícios Sociais- inclui os benefícios previstos para os Assessores do Secretário-Geral no Artigo 48 da Resolução 311 do Comitê de Representantes.

O subitem 1.8 -Adicional Exercício de Chefia- é regulado conforme previsto na Resolução 304 do Comitê de Representantes.

O subitem 3.1.6 -Parcela para despesas de representação- corresponde à quantia de US\$ 12.000 anuais para o Secretário-Geral e US\$ 2.400 para cada Subsecretário, e será usado nas condições estabelecidas na Resolução 302 do Comitê de Representantes.”

SEGUNDO.- A presente modificação terá vigor a partir de 1º de janeiro de 2010.

TERCEIRO.- Autorizar uma transferência de créditos orçamentários para o Item 1 na quantia de US\$ 35.220, com vistas a reforçar o subitem 1.2 - Bonificações Ordinárias.

QUARTO. - Os montantes a serem transferidos serão os seguintes:

Subitem 1.1 – US\$ 29.708

Subitem 1.3 – US\$ 3.037

Subitem 1.7 – US\$ 2.475

TOTAL - US\$ 35.220”

#### “ACORDO 296

#### CELEBRAÇÕES DO CINQUENTENÁRIO DA INTEGRAÇÃO

O COMITÊ de REPRESENTANTES,

TENDO EM VISTA o Tratado de Montevideu 1980, Artigo 38, letras e) e m).

CONSIDERANDO a necessidade de dotar a Secretaria-Geral do crédito necessário para cumprir as atividades aprovadas pelo Comitê de Representantes na sua 1070ª sessão, com motivo da celebração dos cinquenta anos da integração latino-americana,

ACORDA:

PRIMEIRO.- Autorizar a Secretaria-Geral a transferir do Fundo de Capital de Giro a quantia de US\$ 61.700 para as despesas demandadas pela celebração dos cinquenta anos da integração latino-americana.

SEGUNDO.- A Secretaria-Geral informará periodicamente sobre o estado do crédito aprovado.”

... Pasamos a los siguientes puntos que tienen que ver con la presentación de los Informes de los Grupos de Trabajo.

8. Relatório dos Coordenadores dos Grupos de Trabalho sobre:

- Comércio Eletrônico e Tecnologias da Informação e das Comunicações

... Primeiramente, há um relatório da Representação do Chile, do Grupo de Comércio Eletrônico e Tecnologias da Informação e das Comunicações.

Representação do CHILE (Constanza Alegría Pacull). Obrigada, Presidente. Em 11 de março foi realizada a reunião do Grupo de Trabalho sobre Comércio Eletrônico e Tecnologias da Informação e das Comunicações, que, como os senhores sabem, tem, ultimamente, por objeto o certificado de origem digital.

Como primeiro ponto, a Secretaria fez uma intervenção explicando em que etapa do processo se encontrava o projeto, que estávamos iniciando a etapa dois, a homologação interna e, além do relatório da situação desta fase, a Secretaria recordou que, para participar, os membros deveriam enviar os dados necessários para carregar a informação no sistema. Os mencionados dados constam no formulário de registro que a ALADI distribuiu aos membros.

Como segundo ponto, a Secretaria-Geral nos informou sobre sua participação na Oficina de Certificação de Origem Eletrônica Digital, realizada pelo BID em Buenos Aires, nos dias 19 e 20 de janeiro. O Subsecretário Quina nos explicou oralmente o que a Secretaria já havia distribuído mediante nota referente ao relatório da missão de serviço: a Oficina foi bastante útil para conhecer os progressos dos países em relação ao tema do COD e também para entender qual é a visão do BID, já que o BID está apoiando este sistema com os países, mas não tínhamos muito claro se este sistema que o BID promovia era um concorrente do sistema preparado pela ALADI que está a ponto de ser plenamente operativo ou era um complemento, e claramente ficou a ideia de que era um complemento, de acordo com o que nos explicava o Subsecretário Quina.

Além disso, esta missão de serviço em Buenos Aires serviu para manter reuniões: para que a Secretaria-Geral mantivesse reuniões com o Brasil e a Argentina, para resolver dúvidas, traçar caminhos para o futuro, conhecer, como havia dito antes, o estado de situação de alguns países, por exemplo, Chile e Colômbia já estão operativos com este sistema e, na mesma reunião, o México nos informou que, com a Colômbia, também está funcionando, não com o COD, mas está funcionando com os certificados que intercambiam eletronicamente.

Discutiu-se, também, o tema dos mecanismos para incorporar juridicamente o certificado nos processos de certificação de origem e, finalmente, passou-se a discutir o que os membros consideram bastante importante relacionado com o plano de difusão do sistema, que é o ponto 3 da agenda.

Quanto ao plano de difusão, ele está sendo discutido há um tempo e tem relação com o fato de que a Secretaria-Geral tem uma lista de atividades programadas para esta etapa do projeto que requerem a aprovação dos membros para poder começar.

Na discussão da reunião da semana passada, aprovaram-se 4 pontos do plano de difusão, ficando somente pendente o ponto relativo à lista de atividades que conteria este plano de difusão, ou seja, aprovaram-se a descrição, objetivos, antecedentes deste marco institucional, sendo que em relação às atividades e às ações, os membros sugeriram algumas modificações. Em relação a estas modificações: uma vez que tivermos a nova minuta, ela será submetida ao Grupo. A Secretaria me informa que eles já têm a minuta

com as modificações que sugerimos na reunião do Grupo de Trabalho, portanto será distribuído agora este documento com a minuta revisada do plano de difusão, com as sugestões dos membros, e esse seria o relatório, senhor Presidente.

PRESIDENTE. Obrigado, Representação do Chile. A Delegação do Brasil tem a palavra.

Delegação do BRASIL (José Humberto de Brito Cruz). Obrigado, Presidente. Gostaria de agradecer o relatório apresentado pela Coordenadora do Grupo de Comércio Eletrônico, e referir-me a um ponto específico, que é a questão dos trabalhos para assegurar a base jurídica para o funcionamento da certificação digital de origem.

Em meu país, o trabalho para colocar em andamento o sistema de certificação digital está progredindo de forma bastante rápida. Houve alguns passos importantes nos últimos dias em reuniões de coordenação entre os vários órgãos da Administração Pública e há muito interesse de poder avançar neste com os países que também estiverem dispostos a colocá-lo em operação já, não somente em termos de um projeto piloto ou de testes, de provas, se não uma perspectiva de começar a utilizar efetivamente nas operações de comércio exterior. Neste sentido, a questão da base jurídica adquire grande importância, obviamente isso já foi discutido muitas vezes no Grupo de Trabalho, e já está mais ou menos claro que será necessário, a critério dos países, adotar protocolos adicionais aos acordos. No caso do MERCOSUL, a Comissão de Comércio adotou uma diretriz sobre a certificação de origem digital que deverá ser muito brevemente protocolizada no âmbito do Acordo de Complementação Econômica N° 18, de maneira a permitir estabelecer de uma vez a base jurídica no âmbito do mencionado Acordo para operações entre os países do MERCOSUL, e temos a intenção de fazê-lo também com outros países no âmbito de outros acordos.

Agora, um ponto que me parece que ficaria pendente de trabalho aqui no Comitê e no Grupo seria a questão de definir, parece-nos que seria necessária, talvez, uma Resolução do Comitê de Representantes que pudesse fazer, não uma emenda, mas talvez uma atualização da Resolução 252 do Regime Geral de Origem para assegurar que no âmbito do Regime Geral de Origem isto esteja compatível com os procedimentos de certificação digital. Sei que isto já foi discutido, a própria Secretaria já teve a iniciativa de apresentar este tema algumas vezes, mas pergunto, à luz do relatório apresentado pela Coordenadora, se não seria o caso de aqui, hoje, se não houvesse objeção, de pedir à Secretaria que preparasse um projeto de resolução para permitir introduzir na Resolução 252 as mudanças necessárias, e isto, obviamente, seria então discutido no âmbito do Grupo de Trabalho na primeira oportunidade.

Do ponto de vista do Brasil, isto seria importante, com vistas a acelerar um pouco o trabalho para assegurar a necessária base jurídica da certificação digital. Apresento isso como uma pergunta, mas também como uma proposta, porque, se houver acordo, parece-nos que seria útil que a Secretaria pudesse apresentar isso quanto antes possível como um projeto para discussão a partir da próxima reunião do Grupo. Obrigado.

PRESIDENTE. Muito obrigado, Delegação do Brasil. Ofereço a palavra à Representação do Chile.

Representação do CHILE (Constanza Alegría Pacull). Obrigada, Presidente. Efetivamente, como apresentado pelo Brasil, a Secretaria nos informou que esse tema foi proposto na reunião do Grupo de Trabalho, e nos comunicou que já estão trabalhando nisso. Nas negociações de origem que se levam a cabo, também foi levado em



consideração o elemento do certificado digital para o texto que estão negociando. Não mencionei, mas consta no Relatório que os senhores têm impresso que se decidiu fazer uma apresentação do sistema, destinando parte da reunião de negociação de origem para tratar o certificado de origem digital, portanto a Secretaria vai preparar uma apresentação para os negociadores de origem, e aí se discutiria este tema também, e se surgisse alguma dúvida, algum problema adicional, poderíamos vê-lo aí com os negociadores de origem, que são os que estão vendo a Resolução 252.

Não temos uma data concreta de entrega deste documento que a Secretaria estaria preparando, mas penso que a reunião de Normas seria uma boa data, é em maio. Obrigada.

PRESIDENTE. Obrigado. O Subsecretário Quina tem a palavra.

SUBSECRETÁRIO (Oscar Quina). Obrigado. Com relação às datas, quero também assinalar que o Chile fez uma solicitação para ter um texto sobre o que poderia ser um projeto, de caráter genérico, de protocolo para que os países possam usá-lo como uma base na incorporação de seus protocolos bilaterais.

Entendo que já estamos praticamente prontos, e aí teríamos um primeiro elemento para discutir. O outro, indicado pelo Brasil, pessoalmente não havia pensado nele com relação a ter um tipo de adendo à Resolução 252 que contemple uma norma de origem quanto à certificação de origem digital, mas é um tema que pode ser tratado por nós, não há problema nenhum. Obrigado.

PRESIDENTE. Obrigado. A Representação do Chile tem a palavra.

Representação do CHILE (Constanza Alegría Pacull). Obrigada, Subsecretário. Para fazer um esclarecimento. O Chile fez uma solicitação à Secretaria de uma minuta de protocolo para seus acordos bilaterais, para poder implementar o certificado de origem em seus acordos bilaterais, mas que não se confunda com a Coordenação. Se esta minuta serve para os demais países, excelente, mas o Chile pediu para seus acuerdos. Obrigada.

PRESIDENTE. Podemos passar ao seguinte ponto. A Delegação do Brasil tem a palavra.

Delegação do BRASIL (José Humberto de Brito Cruz). Somente para confirmar se a proposta que fizemos poderia ser considerada, qual seja, que a Secretaria, quanto antes, apresente um projeto de texto para este adendo ou atualização da Resolução 252, no que se refere, unicamente, à certificação digital de origem. Obrigado.

SUBSECRETÁRIO (Ricardo Hartstein). Sim, é um tema que estamos elaborando e vamos apresentá-lo quanto antes. A Especialista em origem foi a uma reunião no Paraguai, por um curso que deve ministrar, mas já o estamos elaborando, e na próxima oportunidade o apresentamos. Obrigado.

PRESIDENTE. Entendo, então, que quando se referem à próxima oportunidade, referem-se à próxima reunião do Grupo de Origem que está trabalhando...

Delegação do BRASIL (José Humberto de Brito Cruz). Obrigado. A Coordenadora manifestou que, no Grupo, foi discutida a ideia, que nos parece muito boa, de uma apresentação sobre isto no âmbito da discussão da Reunião sobre Origem, cuja próxima reunião será em maio.

Nossa ideia seria que este projeto poderia começar a ser discutido no Grupo de Trabalho sobre Comércio Eletrônico na primeira oportunidade. A partir do momento em que a Secretaria apresentasse o projeto, o Grupo poderia dedicar-se a considerá-lo com vistas a uma aprovação quanto antes, porque não depende dos temas que estão sendo discutidos na revisão mais ampla da Resolução 252. Obrigado.

PRESIDENTE. Um comentário, simplesmente. Primeiro, há um problema de timing em relação a que Grupo se refere, e, segundo, conhecendo os Especialistas em Origem, tenho certeza que eles não vão querer perder o controle disso, é a percepção que tenho. Aqueles que estão discutindo a Resolução 252 provavelmente irão querer que isso seja parte dessa discussão, eu me aventuro a dizer isso. Por favor, a Representação de Cuba.

Representação de CUBA (Mirna Martínez Ajuria). Obrigada, Presidente, obrigada, Coordenadora, pelo relatório. Efetivamente, tal como nós entendemos aqui, há dois temas, um é o que está sendo discutido hoje na negociação de origem referente à modificação da atualização da Resolução 252, que é base para a negociação, e isso teria, para nós, uma projeção futura com relação à adoção da norma pelos acordos que hoje estão vigentes, tenham ou não a Resolução 252 como normas de origem.

Outra coisa, entendo que o proposto pelo Brasil foi considerado na reunião do Grupo de Trabalho, mas não chegamos a nenhum acordo porque, sob nosso ponto de vista, a modificação do atual regime de origem da 252 faz parte, também, do acervo do Grupo de Normas e Disciplinas, para que já, hoje, aqueles acordos que funcionam com a Resolução 252 tenham uma modificação referente à possibilidade jurídica de amparar o certificado digital de origem de conjunto com o certificado de papel, ou seja, teria que fazer uma modificação do que imaginamos ter as duas possibilidades: que continue como está ou que exista a possibilidade que se adote o certificado de origem digital. Nesse caso, para nós, é uma questão relativamente nova de discussão, porque haveria uma modificação da Resolução e, nesse sentido, estamos em total disposição de começar a discutir no Grupo de Normas e Disciplinas, embora possa caber, em algum momento, em alguma das rodadas por indicação das Capitais, aos negociadores, hoje não necessariamente teria que fazê-lo, mas primeiro teríamos que discutir um pouco no Grupo de Normas, enviar à Capital e ter a opinião dos negociadores e dos responsáveis para poder tomar uma decisão de uma resolução que tem um impacto em um grupo grande de acordos no dia de hoje. Entendo que esse é o enfoque que o Brasil está dando. Obrigada.

PRESIDENTE. Obrigado, Representação de Cuba. A Representação do Chile.

Representação do CHILE (Constanza Alegría Pacull). Obrigada, Presidente. Para concordar com o procedimento proposto por Cuba. Quando disse que seria possível fazer para a próxima reunião de Origem, estava pensando que seria bom, nessa apresentação, propor já, se estivéssemos de acordo, indicar as modificações que deveriam ser feitas para poder começar a funcionar com o sistema de certificação de origem digital em curtíssimo prazo. Mas, efetivamente, a discussão da modificação da Resolução 252 para usá-la a breve prazo não requereria ter o mesmo canal que a negociação que está se levando a cabo de Normas de Origem, que é um tema de médio prazo, nesse sentido concordo com Cuba de que é necessário fazer uma discussão paralela, que seja vista pelo Grupo de Normas e Disciplinas e não esperar passar ao Grupo de Especialistas de Regras de Origem.

PRESIDENTE. Primeiro, entendo que essa é uma proposta que a Secretaria estaria logo em condições de realizar.

Segundo, a discussão se iniciaria no Grupo de Normas e Disciplinas, no seio dos Grupos que estão estabelecidos pelo Comitê, e essa seria a condução do tema, isso foi o que entendi do apresentado, se não me equivooco. A Delegação do Brasil, por favor.

Delegação do BRASIL (José Humberto de Brito Cruz). Presidente, escutei também com atenção, talvez o mais fácil seja que nos limitemos ao mais simples, que é a solicitação do projeto que será preparado pela Secretaria. Quando tivermos o projeto, estaremos em melhores condições de ver onde queremos discuti-lo, se queremos fazê-lo em um Grupo ou em outro, ou diretamente no Comitê. Não me parece necessário decidir isto agora, o único que estávamos apresentando é a solicitação à Secretaria para que prepare este documento e o distribua o quanto antes.

PRESIDENTE. Bem, então o esforço que tentaremos fazer é ter uma proposta para o próximo Comitê, de maneira a tomar a decisão de como conduzimos essa discussão, isso é o que a Secretaria nos indica. Podemos passar ao tema seguinte:

- Novos Temas

... A Representação do México tem a palavra.

Representação do MÉXICO (Dora Rodríguez Romero). Obrigada, senhor Presidente. Em 17 de março, reuniu-se o Grupo de Novos Temas com o objetivo de revisar o avanço das atividades 2010 deste Grupo, bem como o cumprimento das atividades para 2009.

Quanto ao primeiro, o Grupo se concentrou nas atividades relacionadas com o roteiro para implementar a Resolução 72 (XV) do Conselho de Ministros sobre o Comércio de Serviços.

Nesse sentido, o Grupo acordou algumas datas para consultar a realização da Segunda Reunião de Funcionários Governamentais Especializados em Serviços, que seria precedida por uma Oficina sobre Estatísticas de Serviços e uma de Intercâmbio de Experiências Bem-sucedidas em Matéria de Cooperação. Recordou-se, neste caso, que teríamos que ter uma data limite para responder a essas consultas de datas.

Recordou-se que 31 de março as Representações estariam enviando, como data limite, à Secretaria-Geral, as propostas sobre: modalidades e critérios para a negociação do comércio de servicios.

Por outro lado, viu-se também como uma data provável para a realização de uma Oficina sobre a Regulamentação Normativa. De acordo a outras atividades que foram sendo cumpridas, há um setor proposto por todas as Representações para realizar esta Oficina de Regulamentação Normativa sobre Serviços Profissionais e, em nosso Grupo de Trabalho, vimos a possibilidade de que esta Oficina fosse realizada na última semana do mês de agosto.

Outra das atividades que têm relação com o roteiro para a implementação da Resolução 72 (XV) refere-se aos trabalhos que estão sendo realizados para o fortalecimento de coalizões empresariais em matéria de serviços.

Nesse sentido, a Secretaria já adiantou alguns contatos com ALES, que coincidentemente tem sua sede aqui. A ALES é a Associação Latino-Americana de Exportadores de Serviços, e, com vistas a ver de que maneira poderia ir conformando atividades para o fortalecimiento, justamente, de coalizões empresariais, acordou-se que os

Diretores desta Associação estivessem conosco na próxima reunião do Grupo de Trabalho, um pouco para ter um intercâmbio de informação sobre as atividades deles, que conheçam quais são as atividades que realizamos na ALADI e, desta maneira, ir encaminhando as atividades que poderíamos ir realizando, estabelecidas no roteiro.

Em relação às outras atividades relacionadas com estes temas, senhor Presidente, todas elas estão sujeitas à cooperação externa. No Grupo, havíamos acordado dar um prazo de 3 meses deste ano para que a Secretaria pudesse gestionar esta cooperação externa e ver a factibilidade de realizá-las.

Sobre esse particular, a Secretaria nos informou, em relação à Oficina de Indústrias Criativas, que não havia tido uma resposta positiva para poder realizar esta atividade, no entanto, uma Representação solicitou esperar um pouco mais e realizar algumas consultas à ONUDI para ver se era possível obter esta cooperação externa e realizar a atividade.

Em relação à propriedade intelectual, com base no relatório da Secretaria de não haver obtido esta cooperação, acordou-se eliminar a atividade correspondente do programa para 2010.

Quanto ao Seminário de Políticas de Competência, a Secretaria informou haver obtido cooperação de UNCTAD, mas unicamente para a participação de dois conferencistas e não para a participação dos funcionários dos países. Nesse sentido, o Grupo acordou propor à UNCTAD fazer esta reunião de forma virtual, fazer uma capacitação *on-line*, se é que a UNCTAD tem essa possibilidade para mudar a atividade de uma Oficina presencial a uma atividade virtual.

A Secretaria também nos informou sobre uma proposta da UNCTAD para ter uma atividade mais permanente, como o curso realizado pela OMC em coordenação com a ALADI, fazer um curso todos os anos sobre capacitação em competência.

Neste sentido, o Grupo considerou interessante esta proposta, no entanto, para considerar este oferecimento, acordou-se analisar o formato que teria o fórum e seus objetivos em nosso âmbito, então foi pedido à Secretaria ter os termos de referência e ver se efetivamente cumprem com nossos objetivos.

Finalmente, em relação às atividades que têm a ver com investimentos, a Secretaria assinalou haver estado em contato com alguns funcionários da divisão correspondente da UNCTAD e, em 15 de abril, a Assessora Legal da mencionada Instituição estará em Montevideu de visita, ocasião em que terá uma reunião com os funcionários da Secretaria para acordar a forma em que a UNCTAD poderia prestar cooperação para realizar essas atividades.

Em relação ao cumprimento de atividades 2009, o Grupo as revisou, acordando a análise de um documento elaborado pela Secretaria sobre compras governamentais. Isso seria tudo o que teríamos a informar sobre o Grupo de Novos Temas, senhor Presidente. Muito obrigada.

PRESIDENTE. Muito obrigado, Representação do México, pelo relatório completo. Algum comentário ou pergunta das Representações?

Agradecemos o relatório.

- Normas e Disciplinas

... Proponho passar ao Grupo de Trabalho de Normas e Disciplinas. Passo a palavra, novamente, à Representação do Chile.

Representação do CHILE (Constanza Alegría Pacull). Obrigada, Presidente. O Grupo de Trabalho de Normas e Disciplinas se reuniu há uns 10 dias, não me lembro bem a data, doze dias, para ver a possibilidade de estabelecer as datas, quanto antes, para as reuniões de negociação que estavam previstas para o primeiro trimestre do ano. Os grupos de Solução de Controvérsias, Regras de Origem e Salvaguardas.

Foram propostas duas possibilidades de datas para cada uma das reuniões, e as Representações ficaram de consultar suas capitais e voltar com uma resposta quanto antes. No dia seguinte, foi proposta uma terceira data para Solução de Controvérsias, as Representações consultaram essas datas e voltaram com a resposta. Ontem, foi feita outra reunião do Grupo de Trabalho, e ficou acordado que a quarta reunião de negociação sobre Regime Regional de Salvaguardas se realizará de 5 a 7 de maio de 2010, e a terceira reunião de negociação do Regime Geral de Origem seria de 11 a 13 de maio de 2010.

No que diz respeito à Solução de Controvérsias, havia uma preferência clara pela data de 5 a 7 de junho, mas algumas Representações ainda deviam consultar suas capitais para confirmar. Dessa maneira, quanto à Solução de Controvérsias, decidimos pospor o projeto de acordo que apresentamos neste momento para as reuniões de Salvaguardas e de Origem ao Comitê. Obrigada.

PRESIDENTE. Obrigado, Chile. Podemos aprovar, então, estes dois projetos de Acordo com as datas indicadas para as reuniões de Salvaguardas e Origem, não?

Algum comentário? Pergunto às Representações.  
Muito bem. O de Salvaguardas fica aprovado como Acordo 297, e o de Origem, 298.

“ACORDO 297

CONVOCATÓRIA DA QUARTA REUNIÃO DE NEGOCIAÇÃO

SOBRE O REGIME REGIONAL DE SALVAGUARDAS

O COMITÊ de REPRESENTANTES,

TENDO EM VISTA os Artigos 35 e 42 do Tratado de Montevideu 1980 e a Resolução 66 (XV) do Conselho de Ministros.

CONSIDERANDO que, de 30 de novembro a 2 de dezembro de 2009, realizou-se, na sede da ALADI, a Terceira Reunião de Negociação sobre o Regime Regional de Salvaguardas, convocada pela Nota ALADI/SUBSE-LC-388/09, da Secretaria-Geral, de 4 de novembro de 2009 (ALADI/RN.RRS/III/Relatório, de 2 de dezembro de 2009).

que, no âmbito da mencionada Reunião de Negociação, as Representações consideraram pertinente convocar uma quarta reunião, no mais breve prazo possível, para continuar com o processo negociador do Regime Regional de Salvaguardas,

ACORDA:

PRIMEIRO.- Convocar a Quarta Reunião de Negociação sobre o Regime Regional de Salvaguardas, de 5 a 7 de maio de 2010, na sede da Associação, com o propósito de continuar com o processo negociador do mencionado Regime.”

“ACORDO 298

CONVOCATÓRIA DA TERCEIRA REUNIÃO DE NEGOCIAÇÃO  
SOBRE O REGIME GERAL DE ORIGEM DA ALADI

O COMITÊ de REPRESENTANTES,

TENDO EM VISTA os Artigos 35 e 42 do Tratado de Montevideu 1980 e a Resolução 65 (XV) do Conselho de Ministros.

CONSIDERANDO que, nos dias 23 e 24 de setembro de 2009, realizou-se, na sede da ALADI, a Segunda Reunião de Negociação sobre o Regime Geral de Origem da ALADI, convocada pelo Acordo 284 do Comitê de Representantes, (ALADI/RN.RGO/II/Relatório, de 24 de setembro de 2009).

que no âmbito dessa Reunião de Negociação, as Delegações consideraram pertinente convocar uma terceira reunião, no mais breve prazo possível, para continuar com o processo negociador do Regime Geral de Origem,

ACORDA:

PRIMEIRO.- Convocar a Terceira Reunião de Negociação sobre o Regime Geral de Origem de 11 a 13 de maio de 2010, na sede da Associação, a fim de continuar com o processo negociador do mencionado Regime.”

9. Assuntos diversos

...Passamos ao ponto seguinte: Assuntos diversos. A Representação do Uruguai tem a palavra.

Representação do URUGUAI (Gonzalo Rodríguez Gigena). Obrigado. Somente para informar às Representações que, como os senhores sabem, temos no dia 23 de abril uma reunião da Comissão de Coordenação, derivada da Conferência de Avaliação e Convergência, e cabe a mim, em função dos eventos anteriores, exercer a Presidência desta atividade, e realmente estava preocupado porque não via maiores avanços, e nem uma discussão, digamos, construtiva ou que desse elementos do caminho a seguir no dia em que estive na Ordem do Dia deste Comitê.

Então, como os senhores lembrarão, há um documento elaborado pela Secretaria, que tem diferentes colunas, e nessas colunas estão as diferentes posições dos países com relação às coisas que derivaram da Conferência de Avaliação e Convergência. Não acredito que esse documento seja o melhor material de base para que façamos as deliberações na Comissão de Coordenação, então, minha intenção é pedir à Secretaria que faça um documento consolidado com base nesse outro documento, que facilite as coisas para nossas deliberações na Comissão de Coordenação. Então, como Presidente, solicito isso à Secretaria, e gostaria de informar às diferentes Representações com as quais

estivemos intercambiando ideias sobre este ponto o que farei em pouco tempo. Muito obrigado.

PRESIDENTE. Ofereço a palavra à Representação do Peru.

Representação do PERU (Jorge Antonio Rosado La Torre). Entendo a preocupação do Representante do Uruguai e a considero genuína, no entanto, senhor Presidente, lembro que nós podemos facilitar o trabalho para a Comissão de Coordenação, podemos dar-lhe os insumos aprovados pela Conferência, no entanto, o Comitê não pode manipular esses insumos ou processá-los. Quero reiterar que tanto a Comissão como a Conferência são autônomas em seus trabalhos, na medida em que a proposta do Representante do Uruguai somente se limite a entregar-lhe os insumos sem processamento algum, acredito que estamos de acordo. Obrigado, senhor Presidente.

PRESIDENTE. Tem a palavra a Representação do Paraguai.

Representação do PARAGUAI (Emilio Lorenzo Giménez Franco). Obrigado, Presidente. Entendo que o que pede o Presidente da Comissão de Coordenação é um trabalho à Secretaria, não ao Comitê, que, além disso, vai ajudar a sistematizar a informação para que a Comissão de Coordenação tenha suficientes elementos para reiniciar o debate que ficou inconcluso na última vez.

Então minha Representação apoia a proposta da Representação do Uruguai, e que a Secretaria faça essa sistematização que está sendo solicitada. Obrigado.

PRESIDENTE. Obrigado, Representação do Paraguai. Ofereço a palavra à Representação do México.

Representação do MÉXICO (Cassio Luiselli Fernández). Simplesmente para dizer que eu também vejo dessa forma. Penso que é um tema mais metodológico organizar as coisas, a informação, e não fazer um novo corpo de texto ou de conceitos.

Nesse sentido, compartilho a preocupação do senhor Embaixador do Uruguai e acompanho a proposta, acredito que a muito legítima preocupação do Peru ficaria resolvida, como disse o colega paraguaio, sendo um trabalho de organização para a Secretaria. Obrigado, Presidente.

PRESIDENTE. Ofereço a palavra à Delegação do Brasil.

Delegação do BRASIL (Regis Percy Arslanian). Somente para agradecer a iniciativa do Uruguai. Acredito que vai nos facilitar muito ter este papel consolidado. Obrigado.

PRESIDENTE. Perfeito, então, a Secretaria prepararia este documento, que reuniria de forma consolidada o que existe como um elemento de trabalho para a reunião do dia 23.

Muito bem. Em assuntos diversos, eu gostaria de aproveitar este espaço para recordar e trazer, não à discussão nesta instância, mas sim à lembrança dos Representantes de um tema que ficou dando voltas alguns meses atrás, e que está sendo tratado tecnicamente no grupo de Alternos, mas penso que é bom recuperá-lo e ver como o conduzimos, relacionado com o proposto pela Secretaria da Organização Mundial do Comércio, da OMC, com relação à notificação ou não dos acordos e o exercício de transparência dos Acordos no âmbito da ALADI na OMC.

E aqui o ponto é muito preciso, eles estão esperando uma resposta nossa, da ALADI. Há um documento entregue pela Secretaria que é um elemento de trabalho para que os países tenham os elementos para a discussão, e é isso. No entanto, a OMC continua esperando uma apreciação referente a como vemos a ALADI, e penso que o razoável é que se gere neste Comitê este tema das notificações, artigo XXIV da OMC, etc.

Simplemente quero voltar ao ponto porque penso que, em algum momento, temos que concluí-lo e oxalá uma resolução no Comitê de Alternos para ter, daqui a um mês, dois meses, alguma resposta específica que nós, como ALADI, podemos enviar à OMC.

Tem a palavra a Delegação do Brasil.

Delegação do BRASIL (José Humberto de Brito Cruz). Obrigado, Presidente. Como o senhor disse, o tema vem sido discutido no âmbito do grupo de Alternos, houve uma longa reunião precisamente sobre este ponto na semana passada, e é uma questão complexa porque há diferenças de percepção entre as diversas Representações sobre qual é a tarefa especificamente a que deveríamos dedicar-nos aqui. No grupo de Alternos estávamos precisamente no esforço de buscar uma aproximação e melhor compreensão e ficamos de que cada Representação estabeleceria contatos com suas contrapartes em Genebra e com as capitais, obviamente, para esclarecer exatamente se se espera algo de nós aqui ou se, como pareceria ser o caso, a discussão sobre este tema deveria ser levada entre as Representações em Genebra e não aqui, em Montevideú, então há distintas formas de ver o assunto e pode ser útil talvez tratar o tema no âmbito do Comitê também, e, neste sentido, para minha Delegação seria importante esclarecer se a origem disto é da Secretaria da OMC.

A informação que temos é que houve um requerimento do Presidente do Comitê de Acordos Regionais, relativo a alguns acordos e à situação de notificação ou não destes acordos, e as discussões em Genebra levam em consideração vários aspetos que são jurídicos no âmbito da OMC; de aplicação de normas e procedimentos da OMC entre os quais, por exemplo, saber se este requerimento do Comitê de Acordos Regionais do Presidente do Comitê é um requerimento válido, ou seja, nada está muito claro, de forma que uma possível posição, precisamente porque se trata de complexas regulamentações e normas da OMC, é que o tema seja tratado diretamente entre as Representações em Genebra, e sem prejuízo de que nós, como de fato já fizemos, com a ajuda da Secretaria, preparemos um documento informativo sobre a situação das notificações.

Nós temos a informação de que este documento já é de conhecimento das Representações em Genebra, então não está muito claro se é necessário algo mais de nós aqui. Pelo menos, essa é nossa visão e estamos precisamente em consulta com nossos colegas, transmitimos o resultado da última reunião de Alternos a Brasília, esperando que nos confirmem esta posição ou se haveria algo mais.

Para esclarecer, portanto, como a Delegação do Brasil vê esse assunto. Muito obrigado.

PRESIDENTE. Muito obrigado, Delegação do Brasil. Tem a palavra a Representação do Chile.

Representação do CHILE (Constanza Alegría Pacull). Obrigada, Presidente. Como Coordenadora do grupo de Alternos, posso comentar que efetivamente, como apresentado pelo Brasil, essas reuniões foram feitas, houve uma longa reunião na semana passada e, efetivamente, ficou o acordo que cada uma das Representações ia consultar suas capitais e



suas Representações em Genebra, já que, efetivamente, não havia clareza a respeito da posição que nós devíamos tomar aqui em Montevideu em relação a esta situação que ocorre em Genebra.

O Representante do Brasil disse que não ficava claro se se esperava uma discussão aqui ou se era o caso de que a discussão se desse em Genebra, penso que houve relativo consenso aqui que a discussão técnica do assunto tinha que ser em Genebra, porque precisamente tinha relação com as normas da OMC, no entanto, o que algumas ou várias das Representações que estavam presentes nessa reunião apresentaram é que a ALADI não podia ficar à margem desta discussão, sem aportar com insumos para a mencionada discussão, já que afetava diretamente nossos procedimentos aqui em Montevideu e, além disso, que havia várias Representações que entendiam que estávamos sendo requeridos, não pela Secretaria da OMC, nem pelo Comitê de Acordos Regionais, mas sim pelo Grupo de Trabalho conformado para responder os requerimentos que o Comitê de Acordos Regionais havia feito.

O mencionado Grupo de Trabalho foi conformado com Delegados dos países ALADI em Genebra. Portanto, eles estão trabalhando no tema para tratar de adotar uma posição comum, embora nem todos os países ALADI tenham sido requeridos pelo Comitê de Acordos Regionais. A respeito de suas notificações, os países da ALADI lá consideraram que deviam analisar o problema de uma forma sistêmica, como costumam ver as coisas lá em Genebra, portanto, todos os países da ALADI se reuniram e estiveram trabalhando este assunto, porque se percebeu que a decisão tomada individualmente pelos países requeridos pode multiplicar-se posteriormente para outros países.

Portanto, esse é o mecanismo de trabalho, e a discussão, evidentemente, está sendo feita em Genebra. No ano passado, e assim apresentou o Chile em seu momento neste Comitê, já nos haviam pedido uma posição desde Montevideu a esse respeito.

Esta posição, pela carga de trabalho do final do ano passado, não pôde ser preparada e somente se chegou à etapa em que a Secretaria preparou um relatório a respeito de como estavam sendo feitos os procedimentos naquele momento.

Este Relatório ia ser discutido no grupo de Alternos para que nós víssemos os caminhos a seguir e como íamos apresentar esta situação como resposta a Genebra. Isto não pôde ser feito e o Relatório foi entendido, em Genebra, como a posição da ALADI, não um documento informativo da Secretaria.

Então, a posição de alguns membros, entre os quais o Chile se inclui, é que este documento deve ser analisado pelo grupo de Alternos para poder apresentar realmente a posição dos países ALADI. Não quer dizer que nós vamos decidir como se notificam os acordos na OMC, mas sim que simplesmente coloquemos nossa posição de uma maneira consensuada entre todos os membros. Esta posição não é compartilhada por todos os países que estiveram presentes na reunião e, portanto, decidimos suspender a mesma e continuá-la depois, quando cada um dos países pudesse consultar suas respectivas capitais. Esse é rumo que vamos tomar. Obrigada, Presidente.

PRESIDENTE. Muito obrigado. Na verdade, não é minha intenção exaurir o tema aqui, mas, sim, simplesmente, ter no canto do olho de que é um tema em que se faz necessário, em algum ponto ao menos, ter um entendimento comum em relação a o teor da discussão e para onde vai.

Em assuntos diversos, temos duas informações que serão dadas pelo Secretário-Geral, a quem cedo a palavra.

SECRETÁRIO-GERAL. Muito obrigado, senhor Presidente.

Em primeiro lugar, os senhores já sabem, indiretamente, que a ALADI foi convidada para a posse do Presidente na República do Chile, por gestões feitas pelo Presidente de nosso Comitê e pelo Secretário-Geral, o que agradecemos especialmente, e que nos permitiu fazer gestões, como os senhores já escutaram, a favor de nossa Associação. Estamos profundamente agradecidos por isso.

Em segundo lugar, brevemente, voltamos a assinar o Memorando específico de Cooperação entre a Associação Latino-Americana de Integração e a Embaixada da República da Coreia no Uruguai, que, como todos os senhores sabem, é o programa de formação da República da Coreia em nossa Instituição, onde periodicamente enviam dois funcionários para formação na ALADI, o que também prova que muitas pessoas apreciam a seriedade de nossos trabalhos.

Isso é tudo, senhor Presidente.

PRESIDENTE. Muito obrigado. Não temos mais temas na Ordem do Dia de hoje. Não havendo mais comentários, podemos dar por concluída e finalizada a sessão. Muito obrigado. Boa tarde.

---